

Opinião



O renascimento do movimento docente no final da década de 70 foi marcado, como não poderia deixar de ser, por um caráter nítido de resistência, seja à política (antieducacional da ditadura militar, seja ao rebaixamento salarial e deterioração das condições de trabalho nas universidades. Essa luta de resistência – com vitórias e derrotas – possibilitou que, de forma simultânea, paulatina e cumulativa, se fosse criando, no interior do próprio movimento docente, um conjunto de reflexões – algumas polêmicas, outras consensuais – sobre a universidade brasileira.

A constituição desse conjunto de reflexões e o avanço do movimento dos professores, consubstanciado numa maior democratização das universidades, na presença de docentes progressistas em postos importantes de gestão universitária e na ampliação do espaço de atuação do movimento, têm colocado novas demandas e exigências para o movimento docente.

Entre essas novas exigências, certamente uma das mais complexas e delicadas é aquela que diz respeito à seriedade e dedicação dos professores à universidade. Até agora, em boa medida, a atitude costumeira do movimento tem sido simplesmente se omitir frente a questões desse tipo. Se, de um lado, normalmente, o movimento não tem se caracterizado pela reivindicação de privilégios, de outro, não procura enfrentar tais questões. Acontece que o

Universidade: seriedade e dedicação dos professores

novo momento que está se abrindo para o movimento exige que ele enfrente – profunda e corajosamente – os problemas relativos ao comportamento ético-profissional dos professores frente à universidade, sob pena de – se assim não o fizer – descambar para o corporativismo, um dos elementos mais fortes do pensamento e ação autoritários no Brasil. Se a pecha de corporativismo hoje só injustamente se aplica ao movimento docente, dentro de pouco tempo tal não ocorrerá, se nosso movimento não souber democraticamente encarar e enfrentar essas novas questões colocadas.

Como lutar – de forma absolutamente justa e correta – por melhores condições de trabalho, inclusive salários e por outros direitos nossos, sem que isso venha acompanhado de uma atitude profissional digna – com fortes doses de dedicação, interesse e competência – no nosso trabalho universitário cotidiano? Como falar em democracia no Brasil e em democratização da universidade se nos mostrarmos incapazes de gerir corretamente os recursos públicos oriundos da sociedade investidos na universidade? Se não nos propusermos a transformar a universidade numa instituição eficiente, criativa e de qualidade, a serviço dos anseios maiores da comunidade?

Certamente se quisermos desenvolver um movimento democrático de professores, não podemos realizar uma prática político-reivindicativa que a todo momento se choque com a dimensão ética, como, aliás, costuma acontecer na infeliz política brasileira. Política e ética devem se complementar na ação e no movimento transformador e progressista, mesmo porque é condição para a existência da democracia a definição e o cumprimento por todos de seus direitos e deveres – estes, por sua vez, democraticamente elaborados. Sem isso, descamba-se para o corporativismo; para uma política sem princí-

pios e, portanto, oportunista; para a desigualdade de direitos e deveres e de seu cumprimento; enfim, para uma atuação nitidamente anti-democrática, logo, reacionária.

O novo plano de cargos e salários, apesar de seus inúmeros equívocos e incorreções, possibilita e inclusive exige o debate de inúmeras questões definidas dentro desta temática, principalmente através das brechas abertas para a regulamentação de itens do plano no nível de cada universidade. Indiscutivelmente, o grau de seriedade, competência e democracia das universidades poderá ser medido por essas regulamentações internas. Nesse sentido, a regulamentação de itens como a GRIPE (caso ela seja aprovada), o regime de 40 horas, a progressão horizontal e vertical (não mais automática), dentre outros, bem como a implantação do Plano, com exigências relativas ao regime de trabalho e acumulação de empregos, são momentos preciosos nesse processo de luta. Devemos exigir o máximo de seriedade e transparência na aplicação do novo Plano, com isso ela nos revelará uma UFBA, que talvez não conheçamos e, simultaneamente, permitirá corrigir distorções inaceitáveis, se quisermos uma universidade criativa, democrática e de qualidade.

Mas é preciso lembrar que este é só um momento – importante, sem dúvida –, no entanto, limitado. Uma série de outros problemas relativos à seriedade e à dedicação dos professores precisam igualmente ser discutidos: a relação entre regimes de trabalho e planos efetivos de trabalho dos docentes, a situação delicadíssima dos professores à disposição em condições extremamente variadas e sem nenhuma legislação específica na UFBA, o problema da avaliação democrática e continuada dos docentes e da própria instituição universitária, etc. Todos esses e outros problemas estão, insistentemente, colocados no dia-a-dia da universidade e de todos nós. Cabe enfrentá-los.

UFBA GRAVEMENTE ENFERMA

Telêforo Martinez Marques

É inegável a insensibilidade do governo para com a educação, particularmente no que concerne à liberação de recursos para a manutenção do patrimônio físico e material das universidades brasileiras. É inquestionável a importância da luta da comunidade acadêmica – com algumas conquistas significativas – em prol da sustentação da universidade, pelo ensino público e gratuito, por mais verbas para a educação, melhores salários, autonomia, democracia, entre outras.

Entretanto, a UFBA encontra-se esvaziada, deserta, semi-parada. A UFBA está gravemente enferma, sofrendo de todos os males possíveis e indesejáveis a uma instituição de ensino superior e isso ficou evidente no último mês de julho, quando alunos de Arqueologia conseguiram um cemitério simbólico para reter a situação da universidade. A bem da verdade, as conquistas obtidas, no nível global, não estão em sintonia com os reais valores de que necessita a UFBA. De que adianta ensino público e gratuito de má qualidade, gerando alunos passivos, acrílicos e sem reflexões? Segundo a Profa Vera Wernick (PUC-RJ), "... não vamos imaginar que o ensino público seja gratuito. Só não há um preço cobrado imediatamente, mas sim um custo que se dilui em impostos. O ensino público tem custos altíssimos e ele pesa nos bolsos dos cidadãos. Se não há um retorno em termos de qualidade de ensino, o

preço pago pelo Governo e, por extensão, por toda a sociedade, torna-se ainda mais elevado". De que adiantam verbas e salários, que saem do bolso do povo, se a sociedade não recebe a contrapartida correspondente em ensino/educação, pesquisa e extensão? De que adianta autonomia, quando usada muitas vezes de forma inconsequente e irresponsável, pois o trabalho universitário não passa normalmente por qualquer controle de qualidade, nem por processos de avaliação e acompanhamento? De que adianta democracia, quando empregada de maneira corporativista, demagógica e distante dos anseios acadêmicos?

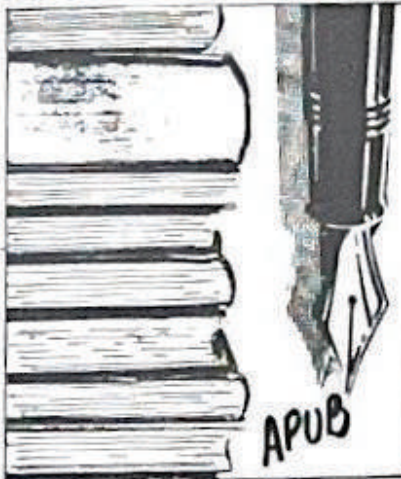
Essas são questões que precisamos urgentemente solucionar. Vincular as conquistas gerais aos anseios locais, estas últimas traduzidas numa universidade produtiva e competente. Uma universidade onde a hierarquia, a excelência, o mérito, a seriedade, a qualidade e a criatividade deixem de ser exceções para se transformarem em regra. Este é o grande desafio que uma parcela da comunidade acadêmica – aquela comprometida com a verdadeira universidade – precisa vencer. E isso só será possível com muita luta, união e participação dos vários segmentos que compõem a universidade. Segundo o Prof. Cristovam Buarque, Reitor da Universidade de Brasília, "ao aliar-se, sem participação do movimento sindical ao redor, do pro-

cesso político mais amplo e, sobretudo, de uma discussão aberta e profunda sobre o papel, a estrutura e a lógica de suas ciências, o professor e pesquisador puro deixa de ser um revolucionário de ideias, limitando-se a um burocratismo intelectual".

A pessoa séria e competente que ainda existe na UFBA, tem o dever de associar universidade – universo – sociedade e entender que a universidade é uma malha de questões multidisciplinares. Compreendendo tal significado, é inevitável a convivência daqueles que fazem ensino, pesquisa, administração, política e extensão universitária, decisiva para impedir que seja decretada a talitina total da UFBA, a exemplo das escolas públicas de 1º e 2º graus. A comissão, o isolacionismo, o individualismo, a amargura do saber sedimentado só contribuirão para ampliar o espaço das oportunidades, dos poços profissionais, dos medíocres, dos irresponsáveis, dos insensíveis, dos corporativistas. Se esse pessoal continuar avançando, amanhã certamente estaremos fazendo o ensino verdadeiro da UFBA. Com outras palavras, adverte o Prof. Giamotti da USP: "O maior perigo consiste em demonstrar que a sociedade pode muito bem passar sem esta universidade que ali está."

Telêforo Martinez Marques é professor do Instituto de Geociências da UFBA.

Vida Universitária



A exemplo do que ocorreu na UFBA, a comunidade do CENTEC, em março de 1987, através de suas entidades representativas – APUB, ASSEC e D.A., realizou um processo eleitoral para escolher os nomes que comporiam a lista sêxtupla a ser encaminhada ao MEC para a indicação do próximo Diretor Geral da Instituição. Era a expectativa de todos a indicação do mais votado, em respeito à vontade da comunidade.

Os fatos que se seguiram demonstram bem a fragilidade dos processos "democráticos" assumidos pelo atual governo e por dirigentes não comprometidos com a educação. Apurado o resultado eleitoral, foi convocado o Conselho Diretor, para, dentre outros assuntos, decidir sobre o encaminhamento ao MEC da lista sêxtupla constituída através da eleição. Para a surpresa da comunidade, o Conselho, alegando desconhecer o processo eleitoral

COMUNIDADE DO CENTEC REPUDIA INTERVENÇÃO

bem como os candidatos que dele participaram, deu-se por incompetente para o encaminhamento da lista. Decidiu solicitar ao MEC uma sindicância e não mais se reuniu. A Comissão de Sindicância, cuja atuação foi evadida de vícios na condução e conclusões dos trabalhos, forneceu a base sobre a qual o CFE elaborou um Parecer recomendando ao MEC a indicação de um Diretor pro-tempore, sem a procedente instauração dos inquéritos sugeridos pela Comissão para apurar as inúmeras irregularidades oriundas de desmandos das administrações anteriores.

Com base no Parecer do CFE, o MEC apresentou a comunidade do CENTEC com a nomeação de um Diretor (melhor seria dizer: interventor) pro-tempore, o Prof. Gylson Sampaio Silva, ex-Diretor da Escola de Administração da UFBA – pessoa inteiramente estranha aos quadros da instituição e desconhecedor da sua história, objetivos e características.

Ao assumir em setembro, levando consigo o irmão e o genro de um deputado do PFL-Ba., o interventor, após um curto período de observação, iniciou uma tentativa de aliciamento de pessoas da comunidade, com promessas de favores e privilégios. Partiu, depois, para um processo de repressão, através de atos administrativos e de ameaças, causando insegurança e intranquilidade à comunidade do CENTEC. Instalou ainda o Diretor pro-tempore uma Comissão de Inquérito cujos membros, por suas ações, apoiam a intervenção e, por serem depoentes na sindicância anterior, não têm condições de promover a apuração séria das irregularidades

des existentes. Segundo avaliação dos docentes, sessenta dias após a intervenção, o CENTEC está cada vez pior, nada está funcionando bem e a instituição está atravessando a sua pior crise administrativa e acadêmica.

Diante da gravidade desses fatos, que atentam contra a autonomia universitária, docentes, estudantes e funcionários do CENTEC encaminham ao Ministro da Educação, através da ANDES e da FASUBRA, um documento historiando a situação, denunciando a ilegalidade da intervenção, solicitando a instauração de inquérito administrativo sério para a apuração das irregularidades denunciadas, solicitando ainda determinação de que seja encaminhado ao MEC a lista sêxtupla resultante da eleição, bem como respeito ao processo eleitoral.

Frente à necessidade de que seja restaurada a normalidade da instituição, a comunidade do CENTEC, através de reuniões e assembleias conjuntas, tem empreendido ações de resistência à intervenção, criando comissões de mobilização, acompanhamento e controle da intervenção, contatos, divulgação interna e externa, esta última para denunciar amplamente aos diversos segmentos da comunidade baiana a violação dos direitos e da autonomia de uma instituição de ensino superior. E exige que, encaminhada a lista sêxtupla, seja nomeado o Prof. Jaime Sodré como Diretor Geral do CENTEC, aquele que recebeu a preferência da comunidade universitária.

O labirinto das letras sem teto

O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia continua sem ter uma casa apropriada ao exercício de suas atividades acadêmicas. Sobreavendo ocupando, com seus setores administrativos e de mestrado, partes do 1º e do 3º andares da Biblioteca Central da UFBA e eventuais salas vagas, dispersas em 13 Unidades, para que seus professores possam dar aulas. Vida itinerante, de cigano.

Na Biblioteca, as condições de trabalho não são boas. O espaço onde estão instalados, além de insuficiente, compõe-se de grandes salões sem divisórias para delimitar os ambientes. A primeira olhada, vê-se uma seqüência interminável de mesas, cadeiras, armários e estantes. Mais atentamente, pode-se observar que o extremo de uma mesa liga-se ao de outra, que por sua vez está encostada a uma estante, e assim vão se formando as divisões improvisadas que indicam onde termina um Departamento e começa outro. Tudo apertado. O afofanado, pasmem, ocupa parte de um banheiro.

Não é fácil precisar o início dessa situação de precariedade das instalações do Instituto de Letras, mas pode-se dizer que sua fase crítica começou com a crise das pulgas em setembro/85, ainda no antigo casarão que ocupavam em Nazaré. Na ocasião, o prédio foi invadido por uma quantidade assombrosa de pulgas que atacavam inclementemente e indistintamente quaisquer pernas. Foi chamada a SUCAM e esta espalhou pelo prédio tamanha quantidade de BHC (produto proibido por sua alta toxicidade), que atingiu toda a vizinhança até a Baixa dos Sapateiros. Registrados vários casos de intoxicação, o prédio foi isolado durante seis

meses enquanto se processava a limpeza.

Uma nova crise veio em setembro/86 quando um adorno do topo do prédio, uma bola oca de cimento pesando cerca de 5 kilos, caiu em cima de uma aluna. Circunstâncias atenuantes evitaram que o acidente fosse fatal e a aluna conseguiu, a duras penas, recuperar-se. Mas a comunidade de Letras indignou-se e decidiu abandonar o prédio como forma de precipitar uma solução definitiva para a situação. Na verdade, os problemas já vinham se avolumando, como por exemplo os pisos que oscilavam ao andar dos passantes e a escada que temava em balançar-se toda sempre que alguém lhe subia os degraus.

Foram nomeadas duas comissões, uma pelo Reitor Germano Tabacoff e outra pelo MEC, para vistoriar o prédio e avaliar a gravidade da situação. Os pareceres foram coincidentes: o prédio não oferece condições de retorno. Foram parar provisoriamente na Biblioteca Central.

Com o incidente das pulgas, foi eleita uma comissão de projeto para a construção de um prédio novo, reativando um estudo iniciado em 1981. A comissão começou a se reunir com ar-

quitetos da ASPLAN para discutir os elementos e condições necessários à composição do projeto do novo Instituto de Letras. O resultado foi entregue ao MEC no início de 1986 e por lá se perdeu. Nova cópia foi enviada, o estudo foi retomado e em janeiro/86 o MEC apresentou parecer que, após análise, foi devolvido com informações complementares. Hoje, o projeto se encontra aprovado pela Presidência da República, de onde seguiu para a CEF e de lá para o Ministério da Fazenda. A comissão acompanhou o andamento do projeto com um cortejo de cartas e pedidos de interferência.

Enquanto a verba não é liberada, a Prefeitura do Campus já se adianta com os preparativos do projeto arquitetônico. O orçamento feito em junho/87 indica o valor de 332.493 OTNs, o que dá uma razão de 47,7 OTN/m², valor que já é considerado defasado para o momento atual.

Em meio a tantos desencontros e tropeços surge a natural pergunta: até quando a comunidade de Letras vai continuar sem ter uma sede adequada onde possa desenvolver seus trabalhos de maneira condigna e de acordo com as necessidades da sociedade?



Em Letras, provisoriamente na Biblioteca Central, o amontoado de coisas e a má condição para o trabalho.

APUB ORGANIZA CAMPANHA PRÓ-INDICAÇÃO DO PRIMEIRO LUGAR PARA A REITORIA

Em Assembleia realizada no dia 30 de outubro, foi constituída uma comissão para organizar a luta pela indicação da candidata mais votada, Profa Eliane Azevedo, para a Reitoria da UFBA. A Comissão já está realizando contatos, elaborando documentos e cartaz para desenvolver uma ampla campanha dentro e fora da UFBA. Fruto desse trabalho foi a aprovação pelo Conselho de Coordenação de uma moção de apoio à indicação da candidata mais votada, em 10.11.87, para encaminhamento ao Ministro da Educação.

Futura Reitora visita a APUB.



A convite da APUB, a Profa Eliane Azevedo fez uma visita à sede da Entidade. Na ocasião, a Diretora da APUB reafirmou os princípios sobre os quais vinha trabalhando e os pontos principais da sua atuação. Por seu lado, a futura Reitora ratificou o seu compromisso de indicar o nome mais votado para vice-Reitor e Diretores de unidades. Sobre as eleições para Diretores, solicitou que a APUB estimulasse a discussão do tema nas unidades. Satisfeita com o contato, a Profa Eliane enfatizou que havia muitos pontos de convergência entre o seu pensamento e o da entidade, principalmente nas questões centrais. Após o encontro, a futura Reitora confraternizou com os docentes no DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

Contra Pinochet

A APUB enviou às autoridades chilenas uma nota de protesto contra a interferência do governo do general Augusto Pinochet no sistema universitário do Chile, em particular na Universidade do Chile, consubstanciada em medidas arbitrárias, como a demissão de mais de 150 professores e a suspensão de diversos estudantes.

• Nos dias 27, 28 e 29 de novembro, na Escola Paulista de Medicina (SP), aconteceu o Encontro de Docentes da Área de Saúde, promovido pelo Grupo de Trabalho de Saúde da ANDES. Os temas centrais do encontro foram: (1) Papel da Universidade na Formação de Profissionais de Saúde e (2) Alternativas às propostas de integração do Curso Assistencial.

Aconteceu

• Com o tema central "O trabalho em Enfermagem", foi realizado, em Salvador, o XXXIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, no período de 23 a 27 de novembro. Durante o Congresso, foi lançado o livro "Mercado e Condições de Trabalho da Enfermagem", da Profa Delvair de Brito Alves, da Escola de Enfermagem da UFBA.

Colégio de 1º e 2º graus é uma exigência

Com a informação de que a universidade dispõe em seu quadro funcional de 193 vagas para professores de 1º e 2º graus, das quais 176 preenchidas hoje, a luta de docentes e funcionários por um colégio da UFBA, sem dúvida, ganha força. De um lado, porque é imprescindível que os professores de 1º e 2º graus possam exercer, sem desvio de função, seu trabalho pedagógico e, de outro lado, porque a existência de um quadro funcional de professores na UFBA, assegura um dos requisitos mais significativos para a construção de um colégio: seu corpo docente.

A implantação desse colégio é hoje uma reivindicação de professores e funcionários. Através de ofício enviado ao Reitor, a APUB solicitou a constituição imediata de comissão – com inclusive representante da entidade – para estudar e viabilizar a criação e instalação do colégio de 1º e 2º graus da UFBA.

Cabe agora aos professores, funcionários e suas entidades representativas, juntamente com a Reitoria, buscar formas para elaborar democraticamente um projeto de colégio e procurar viabilizá-lo mais rápido possível.

Foi constituída, em outubro de 1987, nas nº 474 e nº 475 de 26.08.87, bem pela Portaria 713 do Reitor, comissão encarregada de estudar e repercussão do Plano Único de Classificação e Distribuição de Cargos e Empregos no âmbito da UFBA. A Comissão, composta de representantes do Reitor, da CPPD, da SUPAC, da Procuradoria Jurídica, da APUB, da ASSUBA, e de um professor economista, estudou o Decreto nº 94.664 de 23.07.87, as Port-

A FILA DO FIM DO MÊS



Temos recebido inúmeras queixas de associados quanto ao tratamento que é dispensado aos docentes, servidores e estudantes pelo Banco do Brasil – Posto UFBA, da Canela. Todos os meses, na época do pagamento, filas intermináveis se formam no pátio de estacionamento do fundo da Escola de Enfermagem, sem que, aparentemente, nada seja feito pelo Banco para resolver a situação. Vêem-se os usuários do Posto do Banco do Brasil obrigados a enfrentar o vexame de perder horas de trabalho para simples operações, tais como requerer um talão de cheques, fazer retiradas ou pedir saído. Se a di-

mensão física e os recursos humanos disponíveis para atender os clientes não são suficientes, cabe à instituição bancária tentar soluções alternativas para não submeter os usuários ao suplício mensal cuja dimensão vem se acentuando nos últimos tempos. Ou então cabe à UFBA – usuária que dá sentido à existência do posto bancário no seu campus –, considerando o volume de operações efetuadas através do Banco do Brasil, tomar as providências cabíveis. O que não pode é continuar como está. A APUB vai entrar nesse campo. Aguardem.

• No dia 29 de outubro foi realizado um seminário da criação da Faculdade de Comunicação e o Meio Ambiente foram discutidos entre estudantes, educadores e grupos ambientalistas, no Seminário "Poluição e a pedagogia disso", realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro.

• A Profa Eliane Azevedo, futura Reitora, prestou uma homenagem ao Reitor da UFBA, Germano Tabacoff, e a outros dirigentes universitários pelo apoio ao projeto de criação e instalação da nova faculdade.

TRANSPORTE INTER-CAMPI. SERÁ QUE É DEMAIS EXIGIR ISSO?